

2016 – JORNAL/NEWSPAPER – NOVO JORNAL

Entrevista sobre o Plano Geral Metropolitano de Luanda, título: “Mais do que crescimento, Luanda precisa de qualidade urbana”, texto por Hortêncio Sebastião, in Novo Jornal, ed. n° 413, pp. 06-07, 08 de Janeiro de 2016, Luanda

Interview about the Metropolitan General Plan of Luanda, title: "More than growth, Luanda needs urban quality", text by Hortêncio Sebastião, in Novo Jornal, ed. n° 413, pp. 06-07, January 08, 2016, Luanda

Entrevista

MARIA JOÃO TELLES GRILO



Maria João Telles Grilo é uma renomada arquitecta angolana que nesta primeira entrevista do ano ao caderno de economia do NJ, falamos sobre o Plano Director Geral de Luanda, um projecto que entre outros pressupostos visa modernizar a cidade. Ela fala amiúde sobre a questão da visão de futuro para Luanda que deveremos ter.

Texto de: HORTÊNCIO SEBASTIÃO
Fotos de: AMPE ROGÉRIO

Foi lançado em meados de Dezembro último, o Plano Director Geral de Luanda que propõe a modernização, funcionalidade e sustentabilidade futura da cidade de Luanda. Qual é o seu ponto de vista?

A Broadway/Malyan, principal responsável pelo plano, é uma conceituada empresa inglesa com intervenções urbanas e arquitectónicas por todo o mundo e o plano para Luanda o seu primeiro para um país africano. O plano de intenções que foi divulgado, e ao qual se teve acesso, é um documento com os princípios orientadores de revisão da capital angolana de 2015 a 2030. É naturalmente um documento pensado nas linhas gerais que aposta em seis áreas estratégicas para que se possa falar em construir qualidade de vida numa cidade: Energia, água, saneamento, como base elementar e redes de comunicações e acessibilidades, por diversos tipos de transportes, como base fulcral para o desenvolvimento.

Prevê uma revisão e ajustes ao mesmo de cinco em cinco anos, o que possibilita uma reavaliação das estratégias de implementação em função da evolução das mesmas.

**“Mais do que
crescimento,
Luanda
precisa
de qualidade**

“O meu contributo só pode acontecer se for convidada a participar no seu desenvolvimento, assim como outros arquitectos angolanos”

Esta é uma questão fundamental e o cerne para a transformação desejada: criar vontade política, coordenação e gestão concertada, assim como capacitação técnica de todos os actores fundamentais na sua implementação. O plano prevê um tempo de formação de seis meses no primeiro semestre de 2016, mas certamente que o desejável será uma formação em contínuo dos actores. Como entender o plano, como usá-lo no dia-a-dia.

Pelo último censo, 4,5 milhões de pessoas vivem em Luanda na chamada cidade informal, cuja extensão territorial da área metropolitana significa quatro sextos da extensão urbana da capital e cuja economia urbana é maioritariamente assegurada por uma economia informal. Esta autogestão urbana e económica precisa de ser integrada na transformação da cidade já que se trata de uma maioria significativa. O plano fala de “um regime de concessão piloto para melhorar os bairros dos musseques estruturados”. Este ponto, referente a uma imensa extensão territorial, é bastante sensível.

Ainda assim, como avalia do ponto de vista arquitectónico a cidade de Luanda?

Luanda é hoje uma cidade polarizada entre a cidade consolidada e uma imensa área de cidade informal. Urbanamente falando é uma cidade informal. Não é realista definir uma cidade por um quarto do seu todo.

Três quartos são frutos de auto-construção dedicada à habitação com graves problemas de saúde pública e reduzida quantidade de equipamentos sociais e culturais.

A cidade consolidada tem um património arquitectónico de enorme valor: Um pequeno núcleo urbano construído entre finais do século XVI e o início do século XX. Alguma arquitectura salazarista até aos anos 40 e um valiosíssimo património de arquitectura moderna de influência basicamente brasileira até 1975, ano da nossa independência. A guerra civil marcou uma estagnação no desenvolvimento planeado das cidades. Depois da paz, o “boom” da construção marca a cidade com uma arquitectura feita de modelos de estilo internacional, de cortina de vidro exposto, importada de outras latitudes, sem atenção às questões ambientais de um clima com uma temperatura média de 28° e uma humidade relativa de 93%. Falando de uma palavra gasta pela moda, sem sustentabilidade ambiental.

Algumas vozes de associações e universidades queixam-se por não terem sido tidas em conta concepção deste plano director da capital angolana. Até que ponto isso pode interferir negativamente na con-

cretização deste projecto?

Os sonhos de transformação de uma cidade só podem ser reais se as instituições de diversa ordem e os cidadãos forem participantes dela. São os seus habitantes que fazem a qualidade da cidade aliados a uma boa gestão com a qual interajam e se envolvam. Todos nós o sabemos.

Luanda é uma cidade que ao centro está a crescer mais ao alto, com edifícios e a parte histórica está a desaparecer. Acha isso correcto, se pretendemos manter algum legado?

As cidades são um corpo vivo cheio de história e de estórias que conotamos com referências físicas fundamentais à nossa própria vida. Marcos simbólicos de boas e más histórias. Todas elas importantes. Quando destruímos património histórico estamos a amputar a nossa identidade e a nossa história. É natural que se reformule e reveja a cidade em função da sua qualidade e conforto. Mas isso implica fazer uma selecção criteriosa das peças urbanas que podemos demolir sem prejuízo da preservação da nossa história física. Tem havido demolições de peças essenciais. Temos presentemente um centro comercial a ser erguido na base da fortaleza de S. Miguel, destruindo o recorte físico do seu enquadramento e tapan-do a sua visibilidade. É uma provocação ostensiva à história urbana da cidade. Sem qualquer necessidade.

Então que Luanda precisamos em termos de crescimento urbanístico?

O crescimento urbanístico passa por conter o crescimento urbano. Para isso será necessário desenvolver outras capitais de província e criar atractivos fundamentais em termos de trabalho e de vida que possibilitem uma distribuição menos assimétrica de população pelas cidades existentes. Naturalmente que Luanda será durante um largo tempo a cidade mais atraente de Angola. Mas há também muita gente interessada em viver noutras cidades, desde que se lhes devolva uma vitalidade laboral e cultural. Mais do que crescimento, Luanda precisa de qualidade urbana. Para além de assegurar energia, água e saneamento, sem o qual não se pode falar em urbanidade, como capital necessita de construir equipamentos culturais, sociais e áreas verdes. Várias áreas verdes e parques. Precisa de uma plantação maciça de árvores de grande copa e sombra para a absorção de poluição e poeiras e naturalmente a oxigenação da cidade. Essa plantação serve um objectivo fundamental que é a consolidação dos seus solos, muito desagregados que põem constantemente em causa a conservação do edificado.

É quase um caos circular pela ci-

PERFIL

MARIA JOÃO ELSA Branco

Teles Grilo, nasceu a 1 de Abril de 1960, na cidade do Lubango. É actualmente administradora e arquitecta da empresa METAPOLIS – Planeamento, Arquitectura e Consultoria, fundada em 2004, com sede em Luanda e um atelier em Lisboa.

Foi professora de Projecto de Arquitectura de 1994 a 2010 e é co-autora de vários livros sobre arquitectura em Angola, além de artigos em revistas internacionais de arquitectura. Tem representado Angola em inúmeros congressos internacionais de arquitectura. É investigadora e consultora nos temas “Cidade Informal em países em vias de desenvolvimento”, “Arquitectura do Movimento Moderno em Angola”, “Planeamento estratégico como instrumento decisivo de desenvolvimento económico e social” e “Avaliações estratégicas sobre a cultura do habitat urbano e rural”. Ocupa os tempos livres em viagens, cinema, dança e a leitura.

idade. Acha que é possível ultrapassar esta situação a curtíssimo prazo?

Sim, é possível. O plano director prevê uma rede alargada de circulações viárias e ferroviárias importantes. A curto prazo certamente que se começará a traçar as ligações principais. Está em causa sacrificar interesses pessoais em favor do bem público. Se essa vontade política existir, certamente há solução.

Como arquitecta alguma vez foi contactada para opinar sobre a evolução da cidade?

Sim já fui. A última vez foi para liderar a equipa de revisão das novas centralidades. Mas esse processo está em “stand by”. Espero que sejam retomadas as negociações. Gostava bastante de poder integrar a equipa.

Em tempos idos um famoso arquitecto brasileiro já falecido teria sido contactado para modernizar a cidade de Luanda. Tem algum conhecimento sobre isto?

Sim. Foi o arquitecto Niemeyer, autor entre tanta obra notável, da arquitectura da cidade de Brasília. Mas o urbanista era o Lúcio Costa. Foi o Lúcio que o convidou. Era uma equipa fantástica de arquitectos todos brasileiros.

Sobre o surgimento das novas centralidades qual é o seu ponto de vista?

O que foi construído até agora

não são centralidades, embora se designem como tal. Como a palavra sugere, tem a função de um novo centro urbano com as valências institucionais, de serviços, de equipamentos públicos culturais e de lazer para que possam descentralizar e desobstruir a concentração existente no centro da cidade. Precisam de revisão estratégica e física. Essa consciência já existe. Espero que o processo seja retomado. Terão que ser articuladas com o novo plano.

O plano prevê uma série de novas centralidades que certamente terão tudo isto, para além do parque habitacional.

E a respeito da qualidade das obras realizadas nos últimos tempos por mão-de-obra chinesa?

A qualidade da mão-de-obra chinesa que temos importado é bastante fraca. É uma mão-de-obra útil e capitalizável, mas seria proveitoso se fosse acompanhada de equipas técnicas e de fiscalização com outra formação. Ou poderíamos ser mais criteriosos na competência técnica dos profissionais que importamos.

A nível de desenho de arquitectura ou planos urbanos, a qualidade é muito duvidosa. Parecem desenhos saídos das gavetas de há 70 anos.

Que contributo poderá dar a Arquitecta no desenvolvimento do plano director de Luanda para que o mesmo se torne sustentável?

O plano é sustentável nas suas linhas mestras, que foi o que foi editado. O desenvolvimento dos planos de pormenor serão determinantes para as fazer cumprir e os seus modos de implantação também. Tudo se joga aí para que haja uma revisão estrutural da cidade. O meu contributo só pode acontecer se for convidada a participar no seu desenvolvimento, assim como outros arquitectos angolanos. A colaboração de profissionais competentes angolanos com conhecimento profundo do país, experiência e curriculum comprovado poderão ser uma mais-valia para uma equipa que é globalmente estrangeira.

Já terá sido contactada para o efeito?

Não, ainda não.

E o que espera desse plano?

Espero que para além das intenções e princípios orientadores, que estão bem estruturados, nos seus modos e mecanismos de materialização, possa ser um processo em rede que trabalhe com uma realidade profundamente informal e muito carenciada e tente encontrar soluções criativas e humanas para a melhoria significativa da vida da maioria da população. Respeitando-a, integrando-a e fazendo dela um aliado na transformação. A qualidade da vida das maiorias é que define a qualidade da vida de uma cidade.



“O plano prevê um tempo de formação de seis meses no primeiro semestre de 2016”